

**A “CASA” É MINHA: PERSPECTIVAS E SIGNIFICADOS DA “CASA” NA REDE NHANDEREKO DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA\***

Teresa Cristina de Miranda Mendonça\*\* &amp; Renato de Oliveira dos Santos\*\*\*

**Resumo:** O artigo tem como objetivo identificar os sentidos e significados da “casa” como lócus da reprodução do modo de vida e dos saberes de indígenas, quilombolas e caiçaras, que se inserem em práticas ligadas ao turismo na construção de uma nova prática de fazer e saber: a Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária. A pesquisa é embasada no campo teórico-conceitual que abrange as perspectivas de casa, local herdado, território e sítios simbólicos de pertencimento, e utiliza uma metodologia qualitativa, com viés antropológico, com ênfase na pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas, análise das narrativas de lideranças e comunitários, e pesquisa documental. As diversas perspectivas das “casas” do Turismo de Base Comunitária (TBC) da Rede Nhandereko revelam sua natureza multifuncional, pulsante, onde a privacidade, o refúgio e a segurança se associam com a realização das atividades turísticas como ferramenta e estratégia de mudança, evidenciando que estas se constituem de resistência cultural, territorial e econômica, além de valorizarem a identidade e história locais.

**Palavras-chave:** Turismo de Base Comunitária; Territorialidade; Comunidade Tradicional; Processo de Significação; Sociedade e turismo.

**THE “HOUSE” IS MINE: PERSPECTIVES AND MEANINGS OF “HOME” IN THE NHANDEREKO NETWORK OF COMMUNITY-BASED TOURISM**

**Abstract:** The article aims to identify the senses and meanings of the “house” as a locus of reproduction of the way of life and knowledge of indigenous, quilombolas and caiçaras, which are part of practices related to tourism in the construction of a new practice of doing and knowing: the Nhandereko Community-based Tourism Network. The research is based on a theoretical-conceptual field that covers the perspectives of home, inherited place, territory and symbolic sites of belonging, and uses a qualitative methodology, with anthropological bias, with emphasis on field research, semi-structured interviews, analysis of leadership and community narratives, and documentary research. The diverse perspectives of the “houses” of the Community-based Tourism (CBT) of Nhandereko Network reveal its multifunctional, pulsating nature, where privacy, refuge and security are associated with the realization of tourist activities as a tool and change strategy, showing that these constitute cultural, territorial and economic resistance, and value local identity and history.

**Keywords:** Community-Based Tourism; Territoriality; Traditional Community; Meaning Process; Society and tourism.

**LA “CASA” ES MÍA: PERSPECTIVAS Y SIGNIFICADOS DE “CASA” EN LA RED NHANDEREKO DE TURISMO DE BASE COMUNITARIA**

**Resumen:** El artículo tiene como objetivo identificar los sentidos y significados de la “casa” como lócus de la reproducción del modo de vida y de los saberes de indígenas, quilombolas y caiçaras, que se insertan en prácticas ligadas al turismo en la construcción de una nueva práctica de hacer y saber: la Red Nhandereko de Turismo de Base Comunitaria. La investigación se basa en un campo teórico-conceptual que abarca las perspectivas de casa, lugar heredado, territorio y sitios simbólicos de pertenencia, y utiliza una metodología cualitativa, con sesgo antropológico, con énfasis en la investigación de campo, entrevistas semiestructuradas, análisis de las narrativas de líderes y comunitarios, e investigación documental. Las diversas perspectivas de las “casas” del Turismo de Base Comunitaria (TBC) de Red Nhandereko revelan su naturaleza multifuncional, pulsante, donde la privacidad, el refugio y la seguridad se asocian con la realización de las actividades turísticas como herramienta y estrategia de cambio, evidenciando que éstas se constituyen de resistencia cultural, territorial y económica, además de valorizar la identidad e historia locales.

**Palabras clave:** Turismo Comunitario; Territorialidad; Comunidad Tradicional; Proceso de Significación; Sociedad y turismo.

HOW TO CITE: Mendonça, T. C. de M. & Oliveira dos Santos, R. de (2024). A “Casa” É Minha: Perspectivas E Significados Da “Casa” Na Rede Nhandereko De Turismo De Base Comunitária. *Latin American Journal of Tourismology*, 10(Regular Issue, Special Thematic Section). Retrieved from

<https://periodicos.ufrj.br/index.php/rlaturismologia/article/view/45865>

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.13830284>



Licenciada por Creative Commons  
Atribuição Não Comercial / Sem  
Derivações/ 4.0 / Internacional

\* O título deste artigo foi inspirado pela participação na mesa ‘A casa é minha: a comunidade e o desenvolvimento’, durante o VII Encontro de Estudantes de Turismo, Hotelaria e Gestão Desportiva e Lazer (ETUHDE), realizado de forma remota em 2021 pelo IFCE, campus Fortaleza.

\*\* Doutora em Ciências Sociais / PPCIS-UERJ (2010). Mestra em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social / EICOS-UFRJ (2004). Graduação em Turismo / Universidade Estácio de Sá (1989). Professora associada do Departamento de Administração e Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Coordenadora e pesquisadora do NEPET - Núcleo de Ensino e Pesquisa em Turismo (UFRRJ) e vice coordenadora do TBC-REDE: Laboratório de Turismo de Base Comunitária, Sustentabilidade e Redes (UFJF/UFRRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4816-0010> CV: <http://lattes.cnpq.br/4339255053628511> [ [teresam@ufrj.br](mailto:teresam@ufrj.br) ]

\*\*\* Doutorando em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo/ProMuSPP - USP (2021 - em andamento). Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/ EICOS - UFRJ (2020). Bacharel em Turismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ UFRRJ (2017). Bacharel em Administração / UNIABEU (2011). Mediador no curso de Licenciatura em Turismo na Fundação Cecierj (Consórcio Cederj/UAB). Pesquisador na RedeCT: Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos e Comunidades Tradicionais (GEDGS/FCE/UNESP); NEPET: Núcleo de Ensino e Pesquisa em Turismo (CNPq/UFRRJ); LabMEMs: Laboratório de Memórias, Territórios e Ocupações: Rastros Sensíveis (CNPq/UFRRJ); TBCREDE: Laboratório de Turismo de Base Comunitária, Sustentabilidade e Redes (CNPq/UFJF/UFRRJ). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2488-8780> CV: <http://lattes.cnpq.br/3192933847647903> [ [renato.oliveirasantos@usp.br](mailto:renato.oliveirasantos@usp.br) ]

## 1 INTRODUÇÃO

No contexto das iniciativas de Turismo de Base Comunitária (TBC) no território brasileiro, destacam-se como características a busca por uma prática turística mais solidária, que promove um protagonismo socioeconômico capaz de evitar - distanciar a gentrificação e a especulação imobiliária. Além disso, essas iniciativas também visam salvaguardar os saberes da natureza, as identidades locais e os costumes das comunidades envolvidas (Martins Fonseca & Rocha, 2021).

Estas características são fundamentais para a compreensão do TBC na região turística da Costa Verde. Localizada entre o litoral sul do estado do Rio de Janeiro e norte do estado de São Paulo, a Costa Verde enfrenta desafios relacionados ao equilíbrio entre o desenvolvimento turístico - majoritariamente um destino de sol e praia caracterizado como turismo de massa -, a preservação ambiental e a salvaguarda das culturas locais.

O processo de turistificação da região da Costa Verde está intrinsecamente relacionado à construção da rodovia Rio-Santos e aos discursos ideológicos e políticos de modernização e progresso adotados pelo governo federal, na década de 1970. Esse processo resultou na especulação imobiliária e na concentração de áreas nas mãos de poucos proprietários, levando à expulsão das populações tradicionais e à construção de condomínios e complexos turísticos direcionados para o público de alta renda (Mendonça et al., 2017; Buck, 2020).

Para enfrentar esses desafios, os povos e comunidades tradicionais da região: indígenas guarani, quilombolas e caiçaras, reúnem potências desde 2007, sob a organização do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT) – Angra, Paraty e Ubatuba. O movimento social se organiza para defender seus direitos e abordar questões que são alvo de contestação contínua.

Diversos grupos, envolvidos em políticas ambientais, especulação imobiliária e grandes projetos como exploração de recursos energéticos, construção de rodovias e práticas turísticas predatórias, são confrontados pelos esforços do movimento social. Esses interesses têm impactado a relação das comunidades locais com o território, resultando em consequências ambientais e sociais significativas para as comunidades (Nascimento, 2019).

Dentre as diversas ações do FCT, destacam-se: a campanha "Preservar é Resistir - Em Defesa dos Territórios Tradicionais", para assegurar o acesso dos moradores aos seus territórios de origem, avançar no processo de regularização fundiária; o Mapa de TBC, baseado no princípio de que "Sem território, não há turismo de base comunitária", destacando 15 núcleos, que são recomendados como destinos a serem visitados, promovendo o protagonismo e a permanência das comunidades em seus territórios e valorizando suas práticas culturais; a colaboração com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que estabeleceu o Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis de Bocaina (OTSS), uma estratégia compartilhada de gestão e planejamento

voltada para o desenvolvimento sustentável, promovendo diversas causas e ações relacionadas à vida local, desde o nível local até o global (Forúm de Comunidades Tradicionais [FCT], 2014; 2015; Nascimento, 2019; Mendonça, Santos, & Leite, 2020).

A atuação do FCT tem sido fundamental na defesa da permanência e protagonismo das comunidades em seus territórios, contrapondo-se aos processos de gentrificação, especulação imobiliária e mercantilização da natureza, bem como na conscientização sobre a importância da preservação destes e na valorização de suas práticas culturais.

Este percurso reverberou na criação da Rede Nhanderoko de Turismo de Base Comunitária, na mobilização para implementação de políticas públicas que atendam às necessidades e demandas das comunidades tradicionais e no fortalecimento e articulação do trabalho conjunto, ampliando sua capacidade de influenciar decisões e promover a defesa de seus direitos e interesses.

Neste contexto, destacam-se a titulação de parte do território como Patrimônio Mundial da Humanidade – Sítio misto (UNESCO, 2019) e o projeto de lei nº 045 de 22 de agosto de 2022, aprovado e que institui a Política Municipal de Turismo de Base Comunitária de Paraty. Salienta-se que este projeto de lei se torna pioneiro no estado do Rio de Janeiro em âmbito municipal (Câmara Municipal de Paraty, 2022).

Conforme mencionado por Mendonça e Moraes (2012), o TBC é um processo político-social que está intrinsecamente ligado à luta por diversos direitos, incluindo o direito ao território. Essa perspectiva também pode ser identificada no contexto da região da Costa Verde, como abordado por Mendonça et al. (2017), Buck (2020) e Martins (2020).

Logo, é importante destacar que a luta pelo direito ao território, no contexto do TBC, vai além do aspecto físico, abrangendo, também, a dimensão simbólica e cultural do território. As comunidades buscam preservar e fortalecer a "casa". Diante do processo de inserção destas "casas" no mercado ligado ao turismo chamado de base comunitária, quais são os seus significados? Quem é que abre a porta da "casa" e fala sobre e por ela? O que se compartilha nesta "casa"?

Destarte, esta proposta de turismo que se materializa, se produz nas "casas", é analisada à luz de perspectivas como DaMatta (1997), no local herdado na concepção de Bourdin (2001), no território usado de Santos (2009), nos sítios simbólicos de pertencimento de Zaoual (2009, 2012).

É importante ressaltar que o TBC é um conceito em construção em toda a América Latina, pois se compõe de um processo de aprendizagens, delineado por diversos atores sociais envolvidos como agentes públicos, organismos não governamentais e acadêmicos (Cabanilla, 2018). No entanto, o presente artigo considera a diversidade de significados atribuídos ao termo, que emergem, localmente, das vozes de territórios que vivem o TBC.

Deste modo, o artigo tem como objetivo apresentar os significados locais do TBC da Rede Nhanderoko, através dos olhares locais sobre as diversas "casas", desvelando como estas se

constituem de uma proposta local de construção de uma nova prática de fazer e saber do turismo, em contraposição ou como agregação ao modelo de turismo convencional.

Assim, diante de um vasto campo teórico-conceitual e de uma diversidade de perspectivas, lógicas e significados sobre o turismo de base comunitária e suas representações sobre os territórios, com uma pesquisa de cunho antropológico, nos inserimos no campo, entre os anos 2014 a 2021. Posicionamo-nos como "descobridores de caminhos", na perspectiva de Tim Ingold (2005) em que este lugar eleito para a pesquisa deve ser apreendido como matriz em movimento, uma região, em que seu mapeamento não pode ser desvinculado das práticas sociais.

Os resultados apresentam olhares sobre um turismo que emerge como locus de resistência e sobrevivência em território de luta, conflito e esperança e desvelando como esta "casa" se transformou e se transforma, com [e para] o turismo de base comunitária.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Novos olhares sobre o turismo: o TBC – entre a defesa e a precaução

O Turismo de Base Comunitária - TBC - emerge como tema de discussão da academia e da sociedade civil, que têm pensado em novas alternativas de saberes e fazeres ligados ao turismo. Buscam-se novos caminhos que sejam capazes de contrapor os resultados das lógicas socioeconômicas do turismo, pautadas na promessa do desenvolvimento, geração de emprego e renda e como uma atividade capaz de preservar o ambiente, com reduzido impacto ambiental e sociocultural.

É dado que as atividades turísticas possuem um importante papel econômico para o país, suscetíveis ao desempenho macroeconômico nacional (Lohmann, et al. 2022). Assim, o que o TBC se propõe a contrapor é a forma e o modelo como a atividade turística vem se desenvolvendo.

Conforme destacado por Ouriques (2015), é importante reconhecer que o turismo não pode ser ignorado como uma "máquina de reconstituição capitalista". Isso significa que o turismo, também, se configura como uma expressão da busca por mais-valia, um elemento impulsionador de qualquer atividade econômica. Essa perspectiva leva à massificação do turismo. Essa abordagem ressalta a importância de considerar as dinâmicas econômicas subjacentes ao setor turístico e suas implicações para os envolvidos.

Nesse contexto de questionamentos sobre as implicações ligadas ao turismo, floresce uma gama de pesquisadores que iniciam suas reflexões pautadas para além do aspecto econômico, tendo o TBC como foco de investigação, por exemplo: na perspectiva da participação comunitária (Mendonça, 2004); na valorização de práticas situadas de um turismo de diversidade e proximidade (Zaoual, 2009); na inclusão social (Irving, 2009), como um movimento político e social (Mendonça & Moraes, 2012); na autogestão e protagonismo das comunidades (Fabrino, 2013); como um movimento de transmissão de saberes, resistência

e visibilidade (Mendonça et al., 2017; 2020; 2021), na estratégia de articulação em redes (Moraes, Irving, & Mendonça, 2018), como defesa a especulação imobiliária e salvaguarda dos saberes da natureza (Martins Fonseca & Rocha, 2021), entre outras.

Todas as concepções na pesquisa sobre TBC, demonstram o que Jafari (2005) disserta sobre a abordagem multidisciplinar para o campo de pesquisa e conhecimento ligados ao turismo, a partir da proposta das "plataformas de conhecimento em turismo": defesa, advertência, adaptação, conhecimento e pública. Todas as "categorias" são independentes e podem ser simultâneas, no entanto, neste estudo, as reflexões consideram como suporte as plataformas da advertência e adaptação.

A "advertência" (precaução) constitui a preocupação com a proteção das culturas e da natureza, questionando o discurso de defesa (apologia) da atividade turística.

A sua mensagem não se limitou à falta de benefícios econômicos, mas alargou-se a coisas como, por exemplo, o fato de a indústria gerar empregos maioritariamente sazonais e pouco qualificados, beneficiando apenas as grandes empresas e as grandes empresas; que destrói a natureza e os seus recursos cênicos; que transforma em mercadorias pessoas e culturas; que desequilibra a estrutura das sociedades de acolhimento (Jafari, 2005, pp. 41-42, tradução nossa).

Desta forma, pensar sobre o papel do turismo no mundo contemporâneo, e seu impacto sobre o local, leva a refletir se esta é uma prática essencialmente econômica, com olhar restrito à necessidade de produção e consumo ou se, também, pode se transformar em um mecanismo capaz de contribuir para a superação da pobreza e da injustiça social, com foco no bem estar das populações, em consonância com o modelo de Desenvolvimento Humano definido pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD (Mendonça, 2004).

Por esta razão, com crítica a diversos exemplos advertidos, surgem propostas de práticas de turismo alternativo que buscam minimizar ou reverter os impactos negativos do turismo. Estas propostas estão englobadas na plataforma adaptação:

Armada com o conhecimento das alternativas anteriores, esta terceira posição favorece as formas de turismo que são especialmente respeitadas com as comunidades de acolhimento e seu entorno sociocultural ou construído, bem como com o meio natural em que se movem. Ao mesmo tempo, propõe-se proporcionar aos turistas novas opções e experiências gratificantes (Jafari, 2005, p. 42, tradução nossa).

A principal característica da plataforma adaptativa são as modalidades que estão centradas na atuação da comunidade.

Em geral, a Plataforma Adaptativa mantém que essas modalidades giram em torno das comunidades, empregam recursos locais, são relativamente simples de gerir, não são destrutivas, beneficiam a turista e anfitriões por igual e inclusive melhoram a comunicação entre eles. O turismo adaptativo, independentemente da sua natureza ou dimensão, apresenta-se como

um conjunto de alternativas ao turismo atual de massas, comercializado, incontrolado ou duro que é praticado em quase todos os lugares (Jafari, 2005, p. 43, tradução nossa).

O TBC assoma, assim, englobado nesta perspectiva da adaptação, no cenário turístico como uma alternativa aos modos de produção e desenvolvimento do turismo convencional, tendo como uma de suas premissas a sustentabilidade e a preservação da cultura; as comunidades que enxergaram no turismo uma forma de valorização do modo de vida local e o fortalecimento da história.

Essas atividades, que valorizam o modo de vida da - e com - a comunidade anfitriã e a vivência da cultura local, uma das características do TBC, ganham destaque no cenário turístico como uma forma associativa de controle e gestão da atividade pelos próprios atores locais, que tem como pré-requisito a sustentabilidade. O envolvimento dos visitantes em experiências que o levem a vivenciar o modo de vida e os elementos culturais das comunidades, além da hospitalidade e alimentação, contribuindo para o desenvolvimento do turismo nestas comunidades (Porto, 2019).

Diante das perspectivas, a autogestão e o protagonismo das comunidades, muitas vezes, relacionadas ao associativismo, ao cooperativismo, à economia solidária e à valorização da cultura local se tornam elementos chaves do TBC (Fabrino, 2013).

Irving (2009) confere que o TBC está vinculado à inclusão de oportunidades e ao sentido de pertencimento do território, à melhoria da qualidade de vida. Em qualquer que seja suas propostas de expressão "[...] o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo [...]" (Irving, 2009, p. 111). O TBC se revela, assim, como "[...] a interpretação "local" do turismo" (Irving, 2009, p. 111), tendo como cenário as dinâmicas do mundo globalizado.

Como destacam Mendonça e Moraes (2012), diversas iniciativas de TBC surgem como um movimento político e social direcionado à reivindicação pela posse da terra, pela permanência no lugar onde nasceram e vivem, pelo direito à moradia e ao local herdado, contra a grilagem de terras. Ou seja, pelo direito a sua "casa".

## **2.2 A "casa" no TBC: de qual local estamos nos referindo para a prática?**

Diversos estudos abordam as dinâmicas locais, as formas de diálogo e a gestão do território. Além disso, há uma ênfase nos conflitos históricos que permeiam as comunidades, na medida em que lutam pela preservação de seus territórios e pela oportunidade de utilizar o turismo como uma alternativa socioeconômica.

Essas comunidades, que enfrentam uma série de desafios relacionados à apropriação de seus territórios por grandes empreendimentos e invasores ilegais - grilheiros, em muitos casos, são povos e/ou comunidades tradicionais. Esses grupos fazem uso do local herdado para a reprodução de saberes, preservação de suas culturas e legados deixados por seus ancestrais (BRASIL, 2007).

Contudo, apesar do reconhecimento do Estado e de organismos internacionais, pouco tem sido feito na prática para manutenção dos benefícios a estes povos, incluindo a defesa de se manterem na casa, no território, no local herdado.

Atualmente, diante de lutas para garantia e direitos em que a práticas de atividades produtivas consideradas como tradicionais, o turismo se insere nos territórios tradicionais como uma alternativa socioeconômica. Neste, a questão fundiária é um elemento presente e desencadeador de processos de luta das comunidades pelo direito de usufruir da terra como um componente do qual depende suas vidas.

O "local herdado", pode ser referido como aquele composto por comunidades locais, formadas coletivamente e resguardadas pela memória coletiva, que são origens inerentes de identidade, conforme afirma Castells (2011). Entretanto, Castells (2011, p. 64) destaca que "[...] essas identidades, na maior parte dos casos, são reações de defesa contra a imposição da desordem global, da incontrolável e acelerada mudança. Elas constroem refúgios e não paraísos" (Tradução nossa). Desta forma, este lugar, que é terra, território, sítio, local, refúgio, "casa", é o locus da prática do TBC de diversas comunidades - grupos sociais.

Neste contexto, as perspectivas antropológicas de Bourdieu (1977) e Moore (1986) lançam luz sobre a complexidade da casa como um espaço culturalmente carregado. Enquanto em Bourdieu pode se destacar a casa como um campo de batalha simbólico, onde as lutas pelo poder e/ou status são travadas através da posse exibição de bens materiais, Moore enfatiza a importância da casa como uma expressão tangível da identidade cultural e social de um grupo. Essas visões fornecem uma compreensão sobre como diferentes culturas percebem e utilizam a casa, como um reflexo da cultura, dos valores, das crenças, e reconhecidas como uma forma de comunicação, transmitindo mensagens sobre as pessoas que nelas habitam.

Em algumas culturas, as casas são usadas para definir o estatuto social ou para expressar crenças religiosas. Em outras culturas, são utilizadas para proporcionar proteção contra os elementos e para proporcionar uma sensação de segurança. As casas são, frequentemente, decoradas de forma a refletir os valores e crenças das pessoas que nelas vivem. Isto pode incluir o uso de símbolos, cores e outras decorações que são significativas para as pessoas que nela vivem, para criar um sentido de identidade.

E, ainda, são utilizadas para acolher encontros sociais e para proporcionar um lugar de encontro entre as pessoas. Isto pode incluir a utilização de espaços partilhados, tais como uma cozinha ou sala de estar, bem como o uso de rituais partilhados, tais como horários de refeições ou cerimônias religiosas, formas de uso que podem desvelar como as pessoas utilizam as suas casas para criar um sentido de comunidade (Bourdieu, 1977; Moore, 1986).

DaMatta (1997) usa o conceito de casa para explorar a relação entre o individual e o coletivo na sociedade brasileira. Ele argumenta que essa é um símbolo do coletivo, um lugar onde o indivíduo está inserido em um contexto social mais amplo. Ele também defende que é um lugar de refúgio e

segurança, um lugar de pertencimento e identidade. "[...] a casa subentende harmonia e calma: local de calor (como revela a palavra de origem latina *lar*, utilizada em português para casa) e afeto" (p. 91).

DaMatta (1997) examina, ainda, como a casa e a rua são usadas na cultura brasileira. Para o autor, a casa é um local de privacidade e segurança, enquanto a rua é um local de interação pública e socialização. Ele defende que a casa é um lugar de família e tradição, enquanto a rua é um lugar de mudança e inovação. Portanto, os dois espaços estão indissociavelmente ligados, pois a rua é o espaço aonde as pessoas vão para interagir e socializar, enquanto a casa é o espaço aonde as pessoas vão para se retirar e encontrar segurança.

"De fato, a categoria *rua* indica basicamente o mundo, com seus imprevistos, acidentes e paixões, ao passo que a *casa* remete a um universo controlado, onde as coisas estão nos seus devidos lugares" (DaMatta, 1997, p. 90). Os dois espaços não são apenas físicos, mas também simbólicos, pois a rua é um símbolo da esfera pública e a casa é um símbolo da esfera privada. "E mais, na rua se trabalha, em casa se descansa (DaMatta, 1997, p. 91).

Ademais, "o traço distintivo do domínio da casa parece ser o maior controle das relações sociais, o que certamente implica maior intimidade e menor distância social. Minha casa é o local da minha família, da "minha gente" ou "dos meus", conforme falamos coloquialmente no Brasil." (DaMatta, 1997, p. 93).

A casa pode ser considerada na perspectiva do local herdado, tendo em vista de que, "o passado pesa de maneira determinante sobre o presente, portanto, a genealogia constitui o instrumento maior de compreensão social." (Bourdin, 2001, p. 41). Este local, que é contaminado por elementos/objetos identitários como; etnia, minoria, religião, cultura entre outros.

Assim, este local herdado, identitário, revela especificidades que representem uma fonte interminável de novas evidências etnológicas "com sua cultura, sua língua, sua religião, seu patrimônio, seus traços étnicos (assunto muitas vezes eufemizado), se torna objeto de identidade por excelência." (Bourdin, 2001, p. 43).

Aprendendo a casa na perspectiva do território, Santos (2009) argumenta em favor da resistência do território, apontando que há uma relação entre a localidade e a identidade das pessoas, pois o território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da resistência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (Santos, 2009, p. 8).

De acordo com Santos (2009), o território usado é uma concepção que se refere à apropriação e transformação do espaço pelos diferentes atores sociais. Ele é construído a partir das práticas e vivências das pessoas, que o moldam de acordo com suas necessidades, interesses e formas de organização. Trata-se da dimensão onde as pessoas realizam suas atividades cotidianas e estabelecem

suas relações sociais, culturais, políticas e econômicas, as relações de poder, entre outros.

Ademais, estas casas são sítios simbólicos de pertencimento que se apresentam como os mundos simbólicos e morais dos seres humanos a suas práticas diárias (Zaoual, 2009; 2012). Olhar as casas como sítios é a forma de repensar os lugares do TBC tendo em vista os sistemas de representações dos atores locais. Desta forma, as casas, os sítios:

[...] De modo geral, cada sítio é uma entidade imaterial que impregna o conjunto da vida em dado meio. Ele possui um tipo de caixa preta feita de crenças e mitos, valores e experiências passadas, conscientes ou inconscientes, ritualizadas. [...] Ao lado desse aspecto feito de mitos e ritos, o sítio possui também uma caixa conceitual que contém seus conhecimentos empíricos e/ou teóricos, de fato, um saber social acumulado durante sua trajetória. Enfim, os atores em dada situação operam com uma caixa de ferramentas que contém saber-fazer, técnicas e modelos de ação próprios ao contexto [...] (Zaoual, 2012, pp. 31-32).

Os sítios simbólicos de pertencimento, conforme proposto por Zaoual (2009; 2012), referem-se a lugares ou espaços que possuem um significado simbólico profundo para determinados grupos ou comunidades, como áreas sagradas, monumentos históricos, territórios tradicionais ou locais de memória coletiva.

Através desses sítios simbólicos, as comunidades encontram uma ancoragem em suas raízes culturais, reafirmando sua identidade e fortalecendo seus laços sociais. Eles desempenham um papel fundamental na transmissão intergeracional de conhecimentos e na preservação de formas de vida tradicionais.

São locais que desempenham um papel fundamental na construção da identidade e no fortalecimento do senso de pertencimento das pessoas, além de contribuírem para a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural. Esses sítios são carregados de valores culturais, históricos, espirituais e emocionais, e de grande importância para a memória e a identidade cultural de um povo. São espaços de referência e ressonância, que reforçam os laços e as conexões entre as pessoas e sua história compartilhada.

Assim, tendo olhar sobre a "casa", sobre esse território usado, local herdado e simbólico nas comunidades da Rede Nhandereko, é importante relevar o papel cultural e a importância dos fatores que influenciaram a história e identidade destas comunidades, ou seja, compreender como esta se transformou e se transforma com [e para] o turismo de base comunitária.

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 Entrando e conhecendo a casa

Este estudo compreende uma pesquisa aplicada, de natureza exploratória e descritiva, utilizando uma abordagem qualitativa. Para isso, foram adotadas perspectivas antropológicas (Ingold, 2005; Bruner (1995). As informações foram obtidas por meio de pesquisa de campo, entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental. As

narrativas foram organizadas por categorias espontâneas e discutimos esses dados por meio de uma análise interpretativa.

O lócus do estudo é o território de atuação do Fórum de Comunidades Tradicionais Angra, Paraty e Ubatuba - FCT, que corresponde à região litorânea do sul do estado do Rio de Janeiro e ao litoral norte do estado de São Paulo. O objeto advém do processo de construção, atuação e desenvolvimento da Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária, no período de 2014 a 2021.

Com esse intuito, sustentados, a partir das narrativas dos atores locais, tomando com inspiração o Mapa de TBC produzido pelo Fórum, foram realizadas pesquisas de campo e vivências nas iniciativas: Aldeia Sapukai e Quilombo Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis; Aldeia Araponga, Quilombo do Campinho, Comunidades caiçaras de São Gonçalo, Praia do Sono, Trindade, Praia Grande da Cajaíba e Ponta Negra, em Paraty.

Como se trata de um estudo com povos indígenas e comunidades tradicionais – iniciativas locais, além dos cuidados éticos – como o pedido de autorização e cuidados com anonimato, todas as dinâmicas e etapas da pesquisa respeitaram o modo de ser e o “tempo” das comunidades, propiciando encontros e a abertura de uma rede de indicações/diálogos. Necessárias para não somente ver, mas vivenciar, comunicar, conhecer e habitar o modo de vida (Simoni, 2000).

Neste percurso, de “descobridores de caminhos”, utilizamos as abordagens de Ingold (2005) para orientar nossa análise, buscando explorar o contexto como uma matriz em constante movimento. Destacamos duas afirmações que direcionaram nossa atuação. A primeira, de Ingold e Hallam (2007, p. 12), ressalta que “não há um roteiro definido para a vida social e cultural”. A segunda, segundo Ingold (2005, pp. 23-24):

[...] Descobrir o caminho é avançar de acordo com uma linha de crescimento, num mundo cuja configuração não é exatamente a mesma de um momento para o outro, e cuja configuração futura não pode ser completamente prevista. Caminhos de vida não são, então, predeterminados como rotas a serem seguidas, mas têm que ser continuamente elaborados sob nova forma...

Dessa forma, buscamos conduzir nossa atuação – em constante movimento - descobrindo, mapeando e caminhando [ora enquanto convidados/parceiros do FCT, ora turistas etnógrafos (Bruner, 1995)<sup>1</sup>] por essas “arenas”, onde a vida acontece, mas, também, onde ocorrem diversas disputas e que revelam informações significativas sobre o turismo existente e desejado nos territórios indígenas, caiçaras e quilombolas, que constituem a Rede Nhandereko.

As escolhas metodológicas e teóricas com as perspectivas da “casa”, local herdado, território, e sítio simbólico de pertencimento permitem pensar sobre o lugar, os saberes, fazeres, olhares, significados e

sentidos do TBC que se materializa como uma interpretação local do turismo.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa foram organizados em categorias narrativas espontâneas, levando em consideração a dinâmica pulsante das “casas” estudadas. Essas categorias não seguem uma ordem linear, uma vez que as relações apresentadas entre elas podem coexistir e se entrelaçar. Os narradores são identificados a partir das casas que representam e em menção a etnia do comunicador (articulador local ou liderança comunitária), a saber, Casa Guarani, Casa quilombola ou Casa Caiçara, seguida da comunidade que representa ou no caso da Rede como Casa Nhandereko.

Dentre os diversos significados da “casa” ligada ao TBC, à escolha do nome da Rede Nhandereko de imediato confugura uma afirmação de suas singularidades.

O nome da Rede que escolhemos significa nosso modo de ser, assim contemplamos todas as etnias. É uma palavra que fala da nossa cultura, da realidade do nosso povo local, esse é o sentido, ao mesmo tempo o nhandereko do indígena, do caiçara e do quilombola [...] (Comunicação Popular FCT, 18 de julho de 2018).

Ao compartilhar o seu modo de ser, a Rede Nhandereko vêm organizando seu território, sua “casa”, para receber visitantes. A “**casa**” que busca a **defesa e precaução** (Jafari, 2005), que se constitui na construção do projeto de TBC da Rede, diante de uma luta política e social em defesa do local herdado, da “casa”, é balizada pela frase “Sem território não existe turismo de base comunitária. Pelo protagonismo e permanência das comunidades tradicionais em seu território”. A frase aparece estampada nas camisas dos membros do FCT durante o I Encontro de TBC da Costa Verde e posteriormente na publicação do Mapa de TBC do FCT.

Diante do reconhecimento do potencial de seu território, desse local herdado – sua “casa”, e da conscientização sobre os impactos do turismo convencional, o grupo decidiu explorar práticas socioprodutivas relacionadas ao turismo de forma diferenciada. Conforme corrobora a Casa Caiçara – Trindade, “O TBC é uma possibilidade de resistência no território, faz com que a comunidade possa se olhar” (Comunicação Popuar FCT, 11 de janeiro de 2018).

A defesa e precaução percebida por de Jafari (2005), ocorrem na organização coletiva por esse “local herdado”, que segundo Castells (1997) é formado por comunidades locais, erguidas por ações coletivas e resguardadas pela memória coletiva, que são fontes específicas de identidade, conforme emerge na fala e uma das coordenadoras da Nhandereko:

Para mim o turismo de base comunitária é uma ferramenta de luta para permanência e garantia do nosso território, protagonizada pelas comunidades que vivem nesses locais. Acho que falando rapidamente é isso, o TBC é uma forma

<sup>1</sup> Inspirados por Bruner (1995, p.225) “um etnógrafo como guia de turismo”.

para desenvolver, uma forma de fazer, tendo aí como base totalmente protagonizada pela comunidade, pelas mulheres principalmente né, pela juventude, como uma ferramenta de luta, ali onde a gente fortalece e faz a manutenção da nossa cultura, da nossa história, onde a gente dá facilidade para a luta (Casa Nhandereko, 05 de abril de 2021).

Ter o TBC como uma ferramenta de luta, protagonizada pelas identidades locais corrobora com a visão de Bourdin (2001), onde o reconhecimento e valorização dessas identidades e comunidades tradicionais são uma estratégia de enfrentamento e defesa em reação a mudança imposta no território pela desordem global, construindo refúgios e não paraísos.

Neste contexto, ocasionada pela especulação imobiliária, gentrificação, turismo massificado e invisibilidade e apagamento histórico territorialmente do ponto de vista sociocultural, político e econômico (Mendonça et al., 2017; Mendonça, Santos, & Leite, 2020; Nascimento, 2019, Buck, 2020; Martins, 2020; Martins Fonseca & Rocha, 2021).

Além de ser um território de luta, a **"casa" é um lugar de produções econômicas e de promoção da educação**, pois segundo um caçara e, também coordenador da Nhandereko, ele tem o "TBC como instrumento de fortalecimento das lutas das comunidades tradicionais com geração de renda, protagonismo da comunidade tradicional, fortalecendo a agroecologia, a educação diferenciada e geração de renda no território tradicional." (Casa Caçara – São Gonçalo, outubro 2015).

Desta forma, a "casa" **busca ter práticas sustentáveis** tanto do ponto de vista da organização cultural, social, econômica e ambiental, pois como ressalta a Casa Nhandereko "O turismo de base comunitária que acreditamos caminha junto da preservação ambiental, agroecologia, saneamento ecológico, economia solidária, autogestão, formação, governança, fortalecimento das associações de moradores, educação diferenciada, estruturas dos roteiros, planejamento [...]" (Comunicação Popular FCT, 14 de fevereiro de 2019).

Nesse contexto, o protagonismo refere-se ao papel central que os membros da comunidade desempenham na condução das atividades turísticas e na gestão do seu território, pois a **"casa", então, se torna o centro da manifestação cultural que coloca as populações locais como protagonistas, produtores e executores das relações e atividades ligadas ao turismo e não mais como produtos**, como cita um guia indígena mobilizador do TBC.

[...] Os Guarani iam até a cidade se apresentavam o coral, ganhavam "um dinheirinho" e depois voltavam para a aldeia. Essa ida apenas para apresentação sem nenhuma interação entre o povo indígena com a população da cidade era ruim, por éramos colocados apenas como "elemento" de atração e não como uma população capaz de produzir patrimônio cultural para a cidade por sermos parte da cidade [...]  
(Casa Guarani - Aldeia Araponga, julho 2016).

A "casa" é considerada um local seguro e de proteção para a comunidade, especialmente nas aldeias indígenas, pois o desenvolvimento do turismo

proporciona uma alternativa de geração de renda sem que os membros da comunidade precisem se expor a condições desfavoráveis, como vender artesanato ou apresentar cantos pelas ruas do Centro Histórico de Paraty.

Nas ruas, eles estão diretamente expostos a um contexto de espetacularização, exploração, violências e marginalização como descrevem Santos (2020) e Mendonça et al. (2021). Neste sentido, cabe resgatar Bourdieu (1977) e Moore (1986) que ressaltam que as casas são utilizadas para proporcionar proteção contra os elementos externos e para proporcionar uma sensação de segurança.

Ao desenvolver o turismo em seu próprio território, a comunidade pode criar oportunidades de emprego e renda para seus membros, gerando um impacto positivo na economia local. Essa abordagem, também, ajuda a reforçar os laços comunitários e a preservar os valores e tradições transmitidos de geração em geração.

Ademais, ao optarem por desenvolver o turismo em sua "casa", a comunidade busca proteger sua cultura, criar oportunidades econômicas sustentáveis e preservar a segurança e a dignidade de seus membros, evitando a necessidade de se expor a situações precárias fora de seu ambiente controlado.

Assim, é importante entender como estes refúgios – essas "casas" – são colocados à disposição de visitantes pela lógica de práticas ligadas ao TBC. A partir da **"casa" que tem como premissa o protagonismo das comunidades na gestão dos projetos de turismo**, pois como relato de uma liderança guarani:

[...] é a própria comunidade dá o preço, falar... decidir as coisas é... quando que recebe, quanto que recebe... é um roteiro também. [...] A gente não pode falar mal, porque eles dizem que eles tão pagando, então isso, isso... não pode acontecer (Casa Guarani – Aldeia Sapukaí, 28 de maio de 2016).

A narrativa corrobora com um dos princípios do TBC, o turismo se apresenta como complemento e não como substituição a outras atividades produtivas nas comunidades, fortalecendo as atuais atividades produtivas e o modo de vida local, assim como o respeito às tradições e valorização cultural destacada por Mendonça et al. (2017).

Nesse contexto, a comunidade é quem determina o que deve ser exposto, como e quando, além da definição dos preços, na tomada de decisões e na organização dos serviços turísticos. Garantir um maior controle sobre os benefícios econômicos gerados pela atividade fortalece a autonomia e a capacidade de autogestão das comunidades, permitindo que elas determinem como desejam se envolver no turismo e como utilizar os recursos gerados para suprir as necessidades - despesas de sustentação da vida diária, e no caso dos guarani comunitária (Santos, 2020).

Assim, concebemos a casa que, segundo Damatta (1997, p. 8) é um espaço que "não pode ser definido por meio de uma fita métrica, mas - isso sim - por intermédio de contrastes." Esta casa pode ser referida tanto como um espaço privativo e íntimo, quanto público. Assim, ao

abrir a casa por causa do turismo, estes elementos privado-íntimos que se tomam públicos se relacionam, mas não necessariamente sem perder o domínio de seus moradores.

No caminho de desenvolvimento do TBC pela Rede Nhandereko, desde 2016, antecedendo a criação da Rede- ainda pelas ações do FCT, surgiu à ideia da criação de uma central de comercialização da Rede. A criação da Central busca aumentar as redes de contato, amplificando, assim, alternativas de divulgação e comercialização, motivando a criação de políticas públicas que busquem fortalecer as lutas das comunidades, trazer visibilidade no campo político-territorial e apoiar o TBC na região, resultando na autonomia das comunidades tradicionais (Comunicação Popular FCT, 23 de agosto de 2016).

Uma das justificativas da criação da agência é destacada na narrativa de uma liderança da Nhandereko, a perspectiva de, além de facilitar o acesso ao mercado, ampliar o perfil de seu público-alvo, dos visitantes:

Eita olha, eu amo os estudantes, sem puxar saco do professor, falando do meu coração mesmo, eu amo receber o público pedagógico, mas não dá dinheiro. A verdade, verdade, verdade pelos cálculos... que a gente foi contabilizando muito isso né, a gente faz as coisas de muito coração e das trocas... a importância de ter seus grupos em conexão em contato e tal, mas a gente entende hoje que a gente precisa de um público que pague o valor que precisa ser pago pelo trabalho. Então não sei te dizer, a gente está fazendo aí essa pesquisa de mercado, lendo os relatórios e tentando entender quais os públicos que a gente precisa buscar, mas acredito que as famílias, os grupos familiares, eu acho que são bem importantes. Como eu falei, inglês também tem que ver o turismo de base comunitária. Esse público é público que investe né, público assim que tem essa grana, que investe esse dinheiro em várias experiências. Eu acho que, para o TBC, acho que é um público interessante (Casa Nhandereko, 05 de abril de 2021).

Tendo a **"casa" que busca se colocar no mercado de forma diferenciada**, a narrativa revela a importância da participação e do protagonismo das comunidades locais no TBC em todas as etapas como atores e não sujeitos. Evidencia a prevalência de gestão comunitária dos empreendimentos locais e outras formas de organização, mas sempre com o protagonismo comunitário como abordado em Irving (2009) e Fabrino (2013).

É intrínseco à atividade turística a busca por um público que valorize e esteja disposto a pagar pelo trabalho realizado, visando um melhor acesso ao mercado. Assim, equilibrar os aspectos ligados à inserção no mercado e às lutas locais político-territoriais, econômicas e de proteção da casa envolve a busca por um público-alvo que valorize o TBC e esteja disposto a pagar um valor justo por ele, além de buscar parcerias ou apoio financeiro para viabilizar as atividades.

Ademais, prevalece na narrativa uma relação dialógica entre turista e comunidades envolvidas, nas "trocas", presente no movimento de transmissão de saberes, resistência e visibilidade identificados por Mendonça et al. (2017) e Mendonça, Santos e Leite

(2020), na "conexão" em ter os grupos em contato que reverberam nas estratégias de articulação em redes percebidas por Moraes, Irving e Mendonça (2018), que expõem a **"casa" que é lugar de encontros, alianças e trocas de experiências**.

Envolve a narrativa e a interpretação dos aspectos históricos, culturais e naturais do local, proporcionando aos visitantes uma experiência "autêntica" e significativa. "[...] turismo de base comunitária é assim, você está em contato com o turista, tá conversando, tá passando o conhecimento; e, às vezes, tem turista que a gente conhece também a vida deles assim, é uma troca" (Casa Quilombola - Quilombo do Campinho, julho de 2018).

Os encontros e confluências contribuem para a construção de relações mais equitativas e colaborativas entre os visitantes e as comunidades, promovendo uma experiência enriquecedora para todos os envolvidos. O TBC é "[...] proporcionar àqueles que estão visitando, a dimensão plural e o protagonismo conquistado diariamente pelos povos e comunidades tradicionais que vivem ali" (Comunicação Popular FCT, 14 de outubro de 2016).

Essa abordagem valoriza a autenticidade e a diversidade cultural, contribuindo para uma experiência mais enriquecedora tanto para os visitantes como para as comunidades locais. Além disso, permite que as comunidades tenham controle sobre como desejam que seu território usado (Santos, 2001) seja compartilhado, fortalecendo seu sentido de pertencimento e empoderamento.

Assim, como cita DaMatta (1997), revela-se a casa que é tradição, pertencimento e identidade e, na perspectiva de Bourdieu (1977) e Moore (1986), revela-se a casa que acolhe, que é um lugar de encontros e partilhas e que se utiliza de elemento simbólicos, rituais partilhados e de elementos que fazem sentido para determinado grupo social. O que se partilha nessa casa é o Nhandereko – o modo de ser.

A **"casa" é o Nhandereko**, a palavra que nomeia a rede vem da língua indígena guarani. O uso do termo revela a identidade de um determinado grupo social, mas apropriado pela rede, pela Casa Nhandereko, para contemplar a "realidade do nosso povo local", "[...] com os tambores, o jongo, a cultura, as ervas, o fandango, a produção de farinha. Assim, fortalecemos o nhandereko de cada etnia e comunidade" (Comunicação Popular FCT, 18 de julho de 2018).

Compartilhar seus conhecimentos locais e expressar sua visão única sobre o turismo e seu território, suas "casas", representa "[...] uma forma de resistência, que transforma o nhandereko em uma experiência de turismo" (Mendonça et al., 2021, p. 255).

É a **"casa" que os protege das possíveis intervenções culturais advindas do mundo**, fortalecida pelo modelo de turismo hegemônico: "O TBC é um instrumento onde a comunidade não precisa mudar o seu modo de ser e viver para atender o turismo." (Casa Nhandereko, 10 de maio de 2023 [instagram]). O que se compartilha é o dia a dia da comunidade, como a vida se dá nesse território usado, onde segundo Santos (2009), ocorrem as dinâmicas das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida.



Como corrobora a liderança quilombola ao relatar que **o que se vive é a realidade do lugar, da casa**, “[...] Aí, por exemplo, se eu... se eu monto pra você um teatro, num é minha vida, minha comunidade. [...] Então, ou você mostra a sua realidade ou não mostra nada [...]” (Casa Quilombola – Quilombo Santa Rita do Bracui, maio de 2016).

Ao assumirem o controle sobre suas histórias e seu lugar, as comunidades conseguem preservar e valorizar sua cultura, tradições e identidade. “É o protagonismo, a importância de cada um na história do turismo. A administração de suas histórias e de seu lugar” (Casa Caiçara – Trindade, 4 de julho de 2018).

No entanto, não é apenas um lugar de memória, mas, também, **a “casa” é um lugar de resgate desta memória**, como ressalta a liderança da Casa Caiçara - São Gonçalo. “O TBC pra gente hoje é autorreconhecimento da cultura, das nossas tradições, coisas que estavam perdidas ao longo do tempo e o turismo de base comunitária vem resgatar isso dentro da comunidade.” (Comunicação Popular FCT, 11 de janeiro de 2018).

Ademais, as próprias comunidades têm o poder de resgatar e recontar suas próprias histórias. Revisitar o que foi esquecido pelas comunidades, que foi deixado de lado ao longo dos anos, e que por meio do turismo é possível retomar. Principalmente, pela oralidade, compartilhando e recriando memórias na salvaguarda e transmissão dos saberes e ocupações tradicionais (Santos, 2020).

Ao adotar práticas de TBC, as dinâmicas da “casa” se transformam, deixando de ser apenas um local de privacidade, descanso e refúgio (Bourdieu, 1977; Moore, 1986; DaMatta, 1997) para se tornar também um espaço de trabalho. Nesse contexto, a comunidade passa a realizar atividades relacionadas ao turismo em sua própria “casa”, no seu local herdado (Bourdin, 2001), que preserva sua cultura, sua língua, sua religião, seu patrimônio, seus traços étnicos, suas identidades, o seu modo de ser – nhandereko.

Essa mudança implica em uma reconfiguração dos espaços e das dinâmicas cotidianas do território usado (Santos, 2009). A casa, que antes era um espaço privado e controlado (DaMatta, 1997), passa a abrigar atividades de trabalho relacionadas ao turismo, como a recepção de visitantes, a hospedagem, a alimentação, a hospitalidade, a produção de artesanato, a realização de apresentações culturais, entre outras.

Ao transferir parte das atividades de trabalho para a “casa”, a comunidade ganha maior controle sobre o processo e a valorização de sua cultura, além de garantir uma maior segurança e privacidade para si mesma. São os próprios moradores que decidem o que desejam ou não compartilhar. Evitando a invasão e a interlocução feita por agentes externos, que historicamente, buscam ter controle sobre os negócios ligados ao turismo, tendo a comunidade tradicional apenas como produtos e não como protagonismo social, cultural e econômico ligados ao turismo.

Neste ínterim, a **“casa” se torna um ambiente onde as práticas do TBC podem ser desenvolvidas de maneira mais autêntica e íntegra**, pois acontecem

nos sítios sagrados de pertencimentos, impregnados do conjunto da vida, suas crenças e mitos, valores, experiências e seus conhecimentos empíricos, um saber social acumulado durante gerações, do saber fazer local/tradicional (Zaoual 2009; 2012).

Apesar disso, é importante ressaltar que essa transferência da rua para a casa não implica, necessariamente, em uma perda da inovação e da mudança. Pelo contrário, ao incorporar práticas de trabalho e interação com os visitantes em seu próprio espaço, a comunidade tem a oportunidade de promover mudanças, inovações e adaptações em suas práticas tradicionais, permitindo a preservação cultural e a abertura para novas possibilidades.

Compartilham-se o local herdado, histórias, a vida real, lutas, desejos e perspectivas e todas as formas de uso, que podem expor como as pessoas utilizam as suas casas, para criar um sentido de determinada comunidade (DaMatta, 1997). Cabe ressaltar que, localmente, decidem quais espaços podem ser partilhados e detêm no TBC a possibilidade de ampliar as redes de acesso às políticas públicas e garantia de direitos. Por esta razão é importante trazer a rua, lugar de mudança e inovação (DaMatta, 1997) para dentro da casa.

Ao articular estratégias de acesso ao mercado com as de resistência e luta política, trazer a rua para dentro da casa significa, também, inserir a casa no mercado ligado ao turismo, por grupos de regiões periféricas excluídas do “progresso”, justificado por uma contraposição à desigual distribuição dos recursos econômicos decorrentes do turismo (Ouriques, 2015). Isto é exemplificado pela necessidade da criação de uma agência de TBC. No entanto, este processo de inserção no mercado do turismo está sendo permeado, de forma atenta, às discussões ligadas ao discurso de defesa do turismo numa perspectiva de advertência (Jafari, 2005).

As “casas” dentro da Rede Nhandereko revelam uma riqueza de significados e sentidos que transcende suas estruturas físicas. Cada “casa” representa um aspecto único e essencial da identidade e da organização das comunidades envolvidas no Turismo de Base Comunitária (TBC). Desde a “casa” que busca a defesa e precaução, fortalecendo a cultura e a história locais, até aquela que é um centro de produção econômica e promoção da educação, cada uma desempenha um papel fundamental na preservação e na promoção do modo de vida tradicional. Mais do que meros espaços físicos, essas “casas” se tornam símbolos de resistência cultural, protagonismo comunitário e autenticidade no turismo.

Dessa forma, **a “casa” é um ambiente multifuncional, pulsante, onde a privacidade, o refúgio e a segurança se combinam com a realização das atividades relacionadas ao turismo**, proporcionando à comunidade um espaço controlado e protegido, em defesa e precaução pelo seu território usado, herdado e sagrado para o desenvolvimento de práticas socioprodutivas e a preservação de seu nhandereko.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresenta os significados locais do turismo de base comunitária (TBC) da Rede Nhandereko por meio das perspectivas das comunidades em relação às diversas "casas". Assim, desvela como essas "casas" se constituem como parte de uma proposta de construção para uma nova prática de fazer e saber turismo.

É importante destacar que estes múltiplos atores – indígenas guarani, quilombolas e caiçaras, da Costa Verde - têm se organizado em rede territorial de apoio, cooperação, qualificação e de enfrentamentos, que se configura como um processo coletivo, materializado na Rede Nhandereko de TBC.

Ao explorar os olhares locais, a pesquisa identifica como as comunidades envolvidas no TBC da Rede Nhandereko concebem e vivenciam o turismo, bem como quais são os significados atribuídos às "casas" neste contexto. Desta forma, as narrativas são comunicadas em categorias espontâneas, dentre elas: defesa e precaução; lugar de produções econômicas e de promoção da educação; centro da manifestação cultural que coloca as populações locais como protagonistas produtores e executores das relações e atividades ligadas ao turismo e não mais como produtos; como premissa do protagonismo das comunidades na gestão dos projetos de turismo; lugar de encontros e trocas de experiências; um lugar de memória e de resgate desta memória; nhandereko.

Diante de um contexto de invisibilidade territorial e política, e em contraponto a um modelo de turismo que favorece a gentrificação e a especulação imobiliária, a "casa" é a expressão dos territórios herdados, dos sítios simbólicos de pertencimento, dos territórios usados, onde o nhandereko – modo de ser - se reproduz, logo, são locais de abrigo, proteção, refúgio e segurança. No entanto, não estão estagnados no tempo, passam por transformações socioculturais e econômicas.

São "casas" de resistência cultural, territorial e econômica; de valorização da identidade e história local; de reivindicação pelo direito de permanecer nela e pela prática das atividades econômicas tradicionais; e buscam conquistar um mercado ligado ao turismo. Ou seja, o caso expressa a articulação de estratégias de acesso ao mercado com as de resistência cultural e luta política.

Assim, a casa se transforma, simbolicamente, na rua. A esfera privada que, temporariamente, se torna pública, tendo o turismo como ferramenta e estratégia de mudança, socialização, inovação e comunicação, que manifestam mensagens sobre, e pelos, grupos sociais que nelas habitam. Mesmo que esses espaços se tornem cada vez mais públicos, seu principal diferencial permanece sendo o caráter particular e privado.

A busca sobre os diversos olhares e perspectivas locais do que seja a "casa" do TBC, visa auxiliar no processo de intervenções políticas e econômicas para constatar que temos territórios diversos e que as intervenções devem olhar para a diferença e não para os entendimentos dos lugares - das "casas" como homogêneas. Corroborar-se com a posição teórica e conceitual contra hegemônica, que ressalta a base comunitária, como uma marca e diferencial no

protagonismo que emerge do local do território e que resiste aos processos de conversão ao mercado.

Através do Nhandereko, essas comunidades encontram uma forma de se protegerem das intervenções culturais externas, ao mesmo tempo em que compartilham suas tradições e conhecimentos com visitantes interessados. Assim, as contribuições das "casas" vão além das fronteiras das comunidades locais, impactando positivamente a sociedade e o turismo de base comunitária como um todo.

Ao apresentar os significados locais do TBC da Rede Nhandereko, busca-se valorizar a perspectiva das comunidades envolvidas e promovendo o reconhecimento de suas práticas e saberes como partes integrantes do processo, consistindo em experiências únicas e singulares. O resultado manifesta uma "versão localizada" do TBC, que se organiza não apenas como uma rede de articulação territorial e política, mas, também, econômica.

No entanto, é importante reconhecer as limitações deste estudo. A pesquisa foi restrita ao território da Costa Verde, no estado do Rio de Janeiro, e não pôde abranger todas as comunidades que fazem parte da Rede Nhandereko. Além disso, não considerou a atuação da Rede em outros territórios, como São Paulo (Ubatuba) e, mais recentemente, em Ilhabela e Caraguatatuba.

Essas lacunas sugerem a necessidade de pesquisas futuras que ampliem o escopo geográfico e social da investigação, buscando uma compreensão mais abrangente e aprofundada do TBC e seu impacto nas diferentes comunidades envolvidas. Ademais, é pertinente incentivar estudos que explorem a temática de como as "casas" estão se transformando em espaços de produção de trabalho e as nuances que isso acarreta para a dinâmica desse ambiente.

Cabe ressaltar que, as categorias e narrativas aqui apresentadas, são um recorte da área de atuação da Rede Nhandereko. Ainda assim, não são estanques ou excludentes, mas sim reflexos da complexidade das relações e interações presentes nas "casas" e nas práticas do TBC. Elas podem se entrecruzar e coabitar, revelando a multiplicidade de significados e experiências que permeiam esses contextos.

## REFERÊNCIAS

- Bourdieu, P. (1977). *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bourdin, A. (2001). *A questão local*. DP&A.
- Brasil. (2007). *Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007*. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm).
- Buck, N. K. (2020). *Turismo de Base Comunitária no território da Bocaina-Brasil: tecendo parcerias e redes em busca da sustentabilidade*. [Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas]. FGV Repositório Digital. <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/29209>
- Cabanilla, E. (2018). Turismo comunitario en América Latina, un concepto en construcción. *Siembra*, 5(1), 121-131. <https://doi.org/10.29166/siembra.v5i1.1433>
- Câmara Municipal de Paraty. (2022, 22 de agosto). *Projeto de*

- lei no. 045 de 22 de agosto de 2022. Institui a Política Municipal de Turismo de Base Comunitária do Município de Paraty.  
[https://paraty.rj.leg.br/site/wp-content/uploads/2022/11/projeto\\_lei\\_045\\_2022054.pdf](https://paraty.rj.leg.br/site/wp-content/uploads/2022/11/projeto_lei_045_2022054.pdf)
- Castells, M. (2011). *The power of identity*. John Wiley & Sons.
- Comunicação Popular FCT. (2016). Caiçaras, indígenas e quilombolas se reúnem para criação da central de Turismo de Base Comunitária. *Preservar é Resistir*, 23 ago. 2016..
- Comunicação Popular FCT. (2016). Partilha de TBC promove "roteiro-teste" entre comunitários e jipeiros de Paraty. *Preservar é Resistir*, 14 out. 2016.
- Comunicação Popular FCT. (2018). Nhandereko, o Turismo de Base Comunitária do Fórum de Comunidades Tradicionais. *Preservar é Resistir*, 11 jan. 2018. <https://envolverde.com.br/nhandereko-o-turismo-de-base-comunitaria-do-forum-de-comunidades-tradicionais/>
- Comunicação Popular FCT. (2018). Comunidade caiçara do Sono recebe Partilha de TBC da Rede Nhandereko. *Preservar é Resistir*, jul. 2018.
- Comunicação Popular FCT. (2019). Rede Nhandereko promove partilha na Aldeia Itaxim. *Preservar é Resistir* 14 de fev de 2019.
- DaMatta, R. (1997). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª. Ed. Rocco.  
<https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/10/28/211389-roberto-damatta-carnavais-malandros-e-herois.pdf>
- Fabrino, N. H. (2013). *Turismo de Base Comunitária: dos conceitos as práticas e das práticas aos conceitos*. [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Brasília, Brasília.
- Fórum de Comunidades Tradicionais - Angra - Paraty - Ubatuba - FCT. (2014). Campanha pela garantia da permanência dos Povos e Comunidades Tradicionais em seus territórios. *Preservar é Resistir*. <https://www.forumdecomunidadestradicionais.org/>
- Fórum de Comunidades Tradicionais - Angra - Paraty - Ubatuba - FCT. (2015). *Mapa de bolso de Turismo de Base Comunitária*. [https://issuu.com/forumdecomunidadestradicionais/doc/s/folheto\\_tbc\\_fct\\_temporario\\_2015\\_liv](https://issuu.com/forumdecomunidadestradicionais/doc/s/folheto_tbc_fct_temporario_2015_liv)
- Ingold, T. (2005). Jornada ao longo de um caminho de vida: mapas, descobridor-caminho e navegação. *Religião e Sociedade*, 25(1), 76-110.
- Ingold, T.; Hallam, E. (Ed.). (2007). *Criativity and cultural improvisation* Oxford, New York: Berg.
- Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 108-121). Letra e Imagem.
- Jafari, J. (2005). El turismo como disciplina científica. *Política y sociedad*, 42(1), 39-56.
- Lohmann, G. et al. (2022) O Futuro do Turismo no Brasil a partir da análise crítica do período 2000-2019. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, 16, e-2456.  
<http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v16.2456>
- Martins, J. T. (2020). *A defesa do território das comunidades tradicionais nos municípios de Ubatuba (SP) e Paraty (RJ): uma análise do Turismo de Base Comunitária da Rede Nhandereko*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista]. Repositório Institucional UNESP. [https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/214618/martins\\_jt\\_me\\_ippri\\_int.pdf?sequence=3&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/214618/martins_jt_me_ippri_int.pdf?sequence=3&isAllowed=y)
- Martins Fonseca, V., & Rocha, I. S. G. (2021). A Reserva Extrativista Marinha de Corumbau Sob a Ótica do Turismo em Áreas Protegidas: a Perspectiva Discursiva da Série "Mar Sem Fim - Unidades de Conservação". *Revista Latino-Americana De Turismologia*, 7(Single), 1-17. <https://doi.org/10.5281/zenodo.5781730>
- Mendonça, T. C. M. (2004). *Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde a "Canoa" que não quebrou e a "Fonte" que não Secou?* [Dissertação de mestrado]. Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Mendonça, T. C. M., & Moraes, E. A. (2012). Reflexões emergentes sobre turismo de base comunitária, à luz da experiência no "Paraíso Proibido": Vila do Aventureiro, Ilha Grande, Brasil. *Journal of Tourism and Development*, 4, 1169-1183. <https://doi.org/10.34624/rtd.v2i17/18.13149>
- Mendonça, T. C. M., Moraes, E. A., & Costa Catarcione, F. L.. (2016). Turismo de base comunitária na Região da Costa Verde (Rio de Janeiro): refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2). <https://www.each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ef.php?id=580>
- Mendonça, T. C. de M., Santos, R. de O. dos, Lopes, P. C. B., Andrade, S. dos R., & Moraes, A. P. V. de. (2017). Turismo de base comunitária na Costa Verde (RJ): caiçaras, quilombolas e indígenas. *Revista Brasileira De Ecoturismo (RBEcotur)*, 10(2). <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2017.v10.6596>
- Mendonça, T. C. M., Santos, R. O., & Leite, M. C. S. (2020). Rede Nhandereko de Turismo de Base Comunitária: a resistência caiçara, quilombola e indígena tece um novo mapa de turismo na Costa Verde (RJ). In K. S. Alves (Org.), *Diálogos sociais em turismo: elementos hegemônicos e contra hegemônicos* (pp. 163-180). Editora Dialética.
- Mendonça, T. C. M., Santos, R. O., Souza, N. N. D. S., & Reis Andrade, S. (2021). Sapukai - o nhandereko mbya se transforma em turismo de resistência indígena no estado do Rio de Janeiro, Brasil. *RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo*, 11, 234-260. <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/12825>
- Moore, H. L. (1986). *Space, text, and gender: An anthropological study of the Marakwet of Kenya*. Cambridge: Cambridge University Press
- Moraes, E. A., Irving, M. A., & Mendonça, T. C. M. (2018). Turismo de base comunitária na América Latina: uma estratégia em rede. *Revista Tur. Visão e Ação*, 20(2), 249-265. <https://doi.org/10.14210/rtva.v20n2.p249-265>
- Nascimento, V. (2019). O Fórum de Comunidades Tradicionais e o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina. In E. Gallo & V. Nascimento (Orgs.), *O território Pulsa* (pp. 13 -24). Fiocruz.
- Nhandereko. (2023, maio 10). A Rede Nhandereko tem uma grande novidade [Instagram]. <https://www.instagram.com/p/CsESJ9GrkDS/?igshid=M7Tc4MmM1YmI2Ng%3D%3D>
- Ouriques, H. R. (2015). *A produção do turismo: feitiço e dependência*. Editora Alínea.
- Porto, J. R. S. (2019). Expansão do turismo, conflitos territoriais e resistência quilombola no Baixo Sul da Bahia. *Revista del CESLA - International Latin American Studies Review*, (23), 301-332. <https://www.revistadelcesla.com/index.php/revistadelcesla/article/view/571>
- Santos, M. (2009). O Dinheiro e o Território. *GEOgraphia*, 1(1), 7-13. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i1.a13360>
- Santos, R. O. (2020). *Saberes e ocupações tradicionais: memória e visitação na aldeia guarani mbya Araponga - RJ*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Programa EICOS. <https://drive.google.com/file/d/1IhMQx03VwmcQB2QP8A9rVUFJeqB1wKaV/view>
- Simoni, M. (2000). Engenharia de Produção da Exclusão Social. In: Thiollent, M., Araújo Filho, T. & Soares, R.L.S. (Org.), *Metodologia e Experiências em Projetos de Extensão*. EdUFF.
- Unesco. (2019, 5 de julho). *Paraty e Ilha Grande se tornam o primeiro sítio misto do Patrimônio Mundial localizado no*

Brasil. <http://www.unesco.org/new/pt/rio-20/single-ew/news/paraty-becomes-the-first-mixed-world-heritage-site-in-brazil/>

Zaoual, H. (2009). Do Turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária*:

*diversidade de olhares e experiências brasileiras* (p. 55-75). Letra e Imagem.

Zaoual, H. (2012). *Novas Economias das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global*. DP&A editora.

#### Declaração CRediT sobre autoria.

Termo	Definição	1º Autor	2º Autor
Conceitualização	Ideias; formulação ou evolução de objetivos e objetivos de investigação abrangentes	x	x
Metodologia	Desenvolvimento ou concepção de metodologia; criação de modelos	x	x
Software	Programação, desenvolvimento de software; concepção de programas de computador; implementação do código informático e algoritmos de suporte; teste dos componentes de código existentes		
Validação	Verificação, quer como parte da atividade quer separadamente, da replicação/reprodutibilidade global dos resultados/experimentações e outros resultados da investigação		
Análise formal	Aplicação de técnicas estatísticas, matemáticas, computacionais, ou outras técnicas formais para analisar ou sintetizar dados de estudo	x	x
Investigação	Condução do processo de investigação e investigação, realizando especificamente as experiências, ou recolha de dados/evidências	x	x
Recursos	Fornecimento de materiais de estudo, reagentes, materiais, pacientes, amostras de laboratório, animais, instrumentação, recursos informáticos, ou outras ferramentas de análise	x	x
Curadoria de dados	Atividades de gestão para anotar (produzir metadados), lapidar dados e manter dados de investigação (incluindo código de software, onde é necessário para a interpretação dos próprios dados) para utilização inicial e posterior reutilização	x	x
Escrita - Esboço original	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, redigindo especificamente o projeto inicial (incluindo a tradução substantiva)	x	x
Escrita - Revisão & Edição	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por aqueles do grupo de investigação original, especificamente revisão crítica, comentário ou revisão - incluindo fases pré ou pós-publicação	x	x
Visualização	Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, especificamente visualização/apresentação de dados	x	x
Supervisão	Supervisão e responsabilidade de liderança no planeamento e execução da atividade de investigação, incluindo mentoria externa à equipa central	x	
Administração do projeto	Responsabilidade pela gestão e coordenação do planeamento e execução da atividade de investigação	x	
Aquisição de financiamento	Aquisição do apoio financeiro para o projeto conducente a esta publicação		

Fonte: reproduzido de Elsevier (2022, s/p), com base em Brand et al. (2015).

Processo Editorial / Editorial Process / Proceso Editorial

Editor Chefe / Editor-in-chief / Editor Jefe: PhD Thiago D. Pimentel (UFJF).

Recebido / Received / Recibido: 02.09.2024; Revisado / Revised / Revisado: 27.09.2024 – 28.10.2024; Aprovado / Approved / Aprobado: 03.12.2024; Publicado / Published / Publicado (online): 31.12.2024. (Ressubmissão / Resubmission / Sometido de nuevo)

Documento revisado por pares / Peer-reviewed paper / Documento revisado por pares.